

# EDITORIAL

## QUANDO TUDO SE MOVE: TÉCNICA, CRISE E DISPÊNDIO

Georges Bataille, em *A parte maldita*, publicado originalmente em 1949, afirmava que “ao escrever o livro em que [ele] dizia que a energia no fim das contas só pode ser desperdiçada”, ele próprio empregava “[sua] energia, [seu] tempo, no trabalho”, o que daria vazão “ao desejo de aumentar a soma dos bens pertencentes à humanidade”. Dez anos depois, já com a completada transição da “Internacional Letrista” para a “Internacional Situacionista”, Guy Debord escrevia uma justificativa a respeito do nome da publicação (*Potlatch*) que se propunha a divulgar os textos letristas, já em processo de descontinuação: as populações nativas da América do Norte, em “uma forma pré-comercial da circulação dos bens”, fundavam a prática do *potlatch* na “reciprocidade dos presentes suntuosos”.

Jacob Gorender, em seu clássico *O Escravismo Colonial*, originalmente publicado em 1978, afirmava que o título de sua obra se remetia a um “modo de produção historicamente novo”, que teria surgido e se desenvolvido “dentro de um determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço”. A formação social brasileira compõe o centro desse debate. Seguindo sua asserção, o autor afirmava que a “coisificação do escravo”, processo decorrente da “supremacia do senhor sobre o escravo”, consignada pelo ordenamento econômico, político e jurídico do tempo da escravatura legalizada no Brasil, impunha a “lei” segundo a qual “a margem da economia natural” variava “na razão inversa das variações da economia mercantil, da qual constitui setor independente”. O que isso quer dizer? No Brasil, as fomes endêmicas conjugam-se, desde cedo, a um estilo próprio de apropriação do sobreproduto social: a produção deve voltar-se, sem peias, ao mercado *externo*, bem como ao consumo final “improdutivo” de poucos grandes latifundiários. Parafraseando Darci Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995), as “máquinas de moer gente” conjugam bem esse “dispêndio improdutivo”, sinalizado em outros termos por Bataille e Debord.

Mas a universalidade do argumento não se restringe a autores do “centro” da ordem “ocidental-cristã”. Achille Mbembe, professor de universidades na África do Sul e nos Estados Unidos, brinda-nos com o importantíssimo *Crítica da razão negra* (2013), onde aponta, já na introdução de seu estudo, o “devir negro do mundo”. Em que consiste esse “devir”? Para o autor, o neoliberalismo representaria “a época na qual capitalismo e animismo, durante muito tempo obrigados a manter-se afastados, tendem finalmente a fundir-se”; prosseguindo seu argumento, assevera que “a tendencial universalização da condição negra é simultânea com a instauração de práticas imperiais inéditas”. Decorreria, daí, um “imperialismo de desorganização”, que “manufatura desastres e multiplica por todo o lado as condições de exceção, alimentando-se da anarquia”. Aliás, a esse respeito, cumpre registrar o neologismo levado adiante em recentes artigos do jornalista brasileiro Pepe Escobar – *Excepcionalistão* – ao se referir às mais recentes investidas da geopolítica estadunidense no enfrentamento da provável contra-hegemonia russa ou chinesa, sob a alcunha de uma desgastada “guerra ao terror”: desde as incursões nas “revoluções coloridas” do início da década de 2010 até às pouco esclarecidas intervenções “indiretas” na desestabilização de “governos progressistas” na América Latina. Os continentes se movem, portanto.

Achille Mbembe, referindo-se ao negro – este nome “inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado”, segundo o autor -, mapeia-o como “humilhado e profundamente desonrado” e, “na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”. Fazendo um exercício até um pouco canhestro de filosofia, essa *ontologia* (a cripta viva) pode se estender a uma afirmação da resenha que acompanha a última parte desta edição: “as decantadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) não são braços do Estado, *mas sim o próprio Estado*”, afirma o Prof. Leandro Dias de Oliveira. A *forma* da mercadoria e a *forma* estatista conjugam-se em sua indissociabilidade, a exemplo da concepção posta por Henri Lefebvre a respeito das necessárias “cadeias de equivalência” implicadas ao vigente modo de produção. Trata-se de uma hegemonia que busca se manter a despeito de sua tendência à auto-aniquilação. Arrasta-se a humanidade (e tudo o mais que conhecemos)

ao redemoinho da crise. Fugas possíveis, também espetacularizadas: a transcendência mística (para o alto e para os céus, com o *teológico-político* a pleno vapor – conforme definição de Espinosa) ou ainda “a ciência” (as nano e macroescalas do universo, com a física quântica e a astronomia como as vedetes da refutação de mesoescalas mais indigestas).

Desse modo, possivelmente esta edição da Revista Continentes, que chega à sua nona edição, carrega contribuições que, de um modo mais ou menos *desviado*, de acordo com as particularidades dos autores, temas e escolas aos quais cada um dos textos responde, traduzem o sentido de nossa época. A ciência, a geografia e a crise social se conjugam, e trazem a pulsão de um esvaziamento latente, verificado em múltiplos domínios da vida social.

Iniciamos a seção de artigos com a notável contribuição da Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani, em *A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra*. A professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, inicia seu artigo contextualizando parte da produção de Henri Lefebvre em “sociologia rural”, indicando a sua imersão na “arquitetônica espacial” própria ao mundo camponês. Tal arquitetura, no entanto, pressupondo a “prevalência da artesanaria” nas formas de produção, entranha-se, no advento da modernidade posta pela Revolução Industrial e o congênere aprofundamento do mundo da mercadoria, em uma teia de novos significados, postos socialmente. Trata-se do vislumbre da potência da “renda diferencial da terra”, que incluía, necessariamente, a tomada definitiva da terra como mercadoria (e mercadoria especial, com suas qualidades particulares e singulares), figura sugerida pelo economista político David Ricardo e dialetizada, posteriormente, por Karl Marx. No século XX, o espraiamento da urbanização traz necessariamente essa figura para a cidade, pressupondo a “reunião macabra” entre os monopólios do capital e da terra, em um único “sujeito”, e possibilitando a (re)definição constante das fronteiras no urbano. A cidade como negócio é a forma necessária da realização da propriedade como juros de capital, no esteio da contemporânea crise do próprio capital. A cidade, em sua inteireza, é o lastro desses megainvestimentos e o “dinheiro

evanescente” é a figura necessária às formas mais recônditas (cotidianas) de efetivação da economia urbana. A racionalidade espacial é o cimento que lacra o sentido dessa reprodução crítica.

A seguir, Fábio Teixeira Pitta, Carlos de Almeida Toledo e Cássio Arruda Boechat, leitores de longa data da obra de Karl Marx e do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz, brindam-nos com o artigo intitulado *A territorialização do capital da agroindústria canavieira paulista, ao longo do Proálcool (1975-1990)*. Seguindo a trilha do artigo da Profa. Amélia Damiani, no tratamento da crise imanente do capital, os companheiros de muitos debates no Laboratório de Geografia Urbana, vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, traçam um panorama da política de fomento e incentivo à produção sucroalcooleira no Brasil dos militares e do início da “Nova República”. O Proálcool é lido, segundo os autores, em uma “perspectiva crítica negativa determinada”, compreendendo, assim, um processo de “modernização retardatária”, termo sugerido por Robert Kurz. O corolário disso é que, a despeito da super-exploração da força de trabalho, materializada no ícone do “bóia-fria”, explode a “crise de acumulação ampliada”, que se manifesta de modo mais contundente ao final do ciclo de investimentos estatais nessa “matriz energética alternativa” ao petróleo. Outro argumento a ser considerado no artigo é a impossibilidade de uma “boa” modernização diante da propalada “má” gestão dos recursos destinados ao programa, que eventualmente desenvolvesse a periclitante economia brasileira da década de 1980: o capital fictício, figura *mater* desse novo escopo de acumulação, manifestado na “crise da dívida” dos países latino-americanos, torna-se a figura-chave para a compreensão da impossibilidade de se valorizar o valor sem os devidos aportes estatistas. O argumento do texto, refinadamente, expõe as tramas da negatividade em ato: a forma da equivalência e a sociabilidade daí decorrente, no esteio de sua extensão crítica, só poderia mesmo sugerir a crítica do valor como a única possibilidade de desvendamento desse processo.

O terceiro artigo, apresentado pelas professoras Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e Edvânia Torres Aguiar Gomes, da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta um debate a respeito do

conceito de “espaço livre público”. Na verdade, em *Espaços livres públicos: lócus da cidadania no espaço urbano?*, a busca do desvendamento das formas do cotidiano se desenha a partir de uma crítica ao eventual “descuido” que a geografia, enquanto um campo do conhecimento, levaria adiante em relação ao “espaço público”, sendo este “deixado”, segundo aceção das autoras, a outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo. O cotidiano, em sua perspectiva, pressuporia a discussão e os conflitos, traduzindo-se em uma disputa territorial. Assim, esse espaço em disputa, “palco das relações sociais”, é subvertido pelos usos não previstos no projeto inicial desses lugares. Para exemplificar seu argumento, as autoras recorrem a um estudo comparativo entre o Parque Treze de Maio, na cidade de Recife (PE), e o Tiergarten, na cidade de Berlim, na Alemanha. Destaca-se o resgate histórico da concepção de parques, praças e jardins, desde o início da primeira Revolução Industrial, na Inglaterra (alinhados a um lazer “contemplativo”, “aristocrático”, segundo as autoras), até a sua “migração” para as cidades estadunidenses, no icônico século XX para aquele país (alinhado a um “lazer” mais massificado). O texto completa o seu sentido: a cidadania estaria vinculada ao uso de espaços livres públicos que se “constituam em um lugar para a cidade”, ao invés de “um elemento que não possua uma sincronia com a dinâmica urbana”.

A “sincronia” pode ser lida também no artigo da Profa. Sarah Gonçalves Duarte, do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atuante também no Laboratório de Nanofósseis Calcários, do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como no Colégio Estadual Diuma Madeira Salles de Souza, no bairro de Parque Anchieta, município do Rio de Janeiro. O artigo *Abordagens geológica e paleontológica nas avaliações oficiais em âmbitos nacional e estadual (RJ)* versa sobre o processo avaliativo escolar, enfatizando as avaliações externas. Para a autora, dado que as avaliações oficiais (SAERJ/SAERJINHO, de cunho estadual, e ENEM, de cunho federal, seguindo os casos analisados pela autora) constituem-se como instrumentos na “melhoria da qualidade do ensino no Brasil” e oferecem acesso dos estudantes do Ensino Médio ao Ensino Superior, seria preciso conferir especial atenção a essas avaliações. Ou seja, as questões da área de Geociências contidas nas provas de avaliações externas podem servir para estimular os professores

e as escolas (bem como os livros didáticos) a sincronizarem seus planejamentos e ações, de modo a contemplarem esses conteúdos, indispensáveis, segundo a autora, à formação dos alunos da educação básica.

O artigo seguinte constitui-se em uma contribuição do Prof. Jorge Xavier da Silva, emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o texto intitulado “Geoprocessamento no apoio à decisão”. O autor apresenta, no esteio das discussões teóricas a respeito da relação entre a Geografia e o meio ambiente, o conceito de “síntese intermediária”. Desse modo, detalhando o referido conceito, exemplifica-o com a exposição da “Árvore de Gestão Especializada”. Em seu texto, o professor tece comentários a respeito das aplicações práticas desse instrumental teórico, enriquecendo as possibilidades postas, a partir do Geoprocessamento, de auxiliar na tomada de decisões, “diante da ambiguidade e da incerteza”. Dado que, segundo o autor, “os mapas passaram a ser parte integrante de modelos digitais do ambiente”, buscas automatizadas ordenadas e eficientes podem ser disponibilizadas a partir dessa ferramenta. Certamente, um bom exemplo dessa exposição do autor encontra-se no artigo seguinte.

O último texto da seção, intitulado *Análise da cobertura de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro – Brasil*, é de autoria compartilhada entre membros do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e os professores Jorge Xavier da Silva, autor do artigo anterior, e Tiago Badre Marino, docente do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e expõe os resultados de um estudo a respeito da cobertura territorial de hidrantes de coluna no município do Rio de Janeiro. Os autores delineiam um histórico da implantação do corpo de bombeiros na então capital da corte, em meados do século XIX, e a instalação dos primeiros hidrantes, décadas depois. Em seguida, citam a criação do Plano de Gerenciamento Operacional de Recursos Hídricos, através de parceria do Corpo de Bombeiros com o Laboratório de Geoprocessamento da UFRJ, o que resultou, entre outras coisas, na criação de um banco de dados unificado e georreferenciado dos hidrantes do município do Rio Janeiro. No artigo, destaca-se, ainda, a concentração dos hidrantes de coluna em bairros turísticos e/ou com população residente de mais alto

poder aquisitivo, denotando mais um aspecto visível da segregação sócio-espacial das metrópoles brasileiras. Encerrando, os autores destacam a importância do conhecimento, por parte dos quartéis, da exata localização dos hidrantes, bem como de seus dados a respeito da vazão e outras características técnicas, de modo a prestar um serviço mais eficiente à sociedade.

Na seara do debate a respeito da segregação sócio-espacial, um aspecto correlato se ancora na composição das classes sociais (remetendo-nos à clássica relação e contradição entre capital e trabalho) e suas implicações sócio-políticas. Nesse espírito, a seção *Posições* inicia-se com a contribuição de Jean Pires de Azevedo Gonçalves, intitulada “*Petralhas*” vs. “*Tucanazis*” e *a Revolução Burguesa no Brasil*. O autor, participante do Grupo de Pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, cujas atividades se desenvolvem há anos no Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo, traz uma discussão incomodamente contemporânea: a polarização política que parece ter reduzido ou mesmo capturado o espectro do político como potência. Trata-se do embate entre PTistas e PSDBistas, o que sugere, para o autor, uma leitura atenta do mestre Florestan Fernandes, a respeito da Revolução Burguesa no Brasil. O texto carrega uma contundência e um estilo próprios, não cabendo ao editorialista meramente resumi-lo. Mas o destaque é claro: a ordem democrático-burguesa liberal, efetivamente levada a cabo pelos governos do Partido dos Trabalhadores, está para além das aspirações de uma burguesia local que carrega traços aristocráticos e estamentais que simplesmente negam a possibilidade dessa “modernização”. Atualiza-se o embate entre o “desenvolvimentismo” e a “dependência”, nos estertores críticos da forma neoliberal. O recente processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff carrega essa história. Reiteramos aqui um convite a este e ao próximo texto, ainda na seção *Posições*.

A Profa. Lúcia Valadares Sartório, do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e coordenadora do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Humanidades: Arte, Filosofia, História e Educação”, na linha de pesquisa “Filosofia, Trabalho e Formação Humana”, brinda-nos com *Estado e políticas públicas: formação e particularidade brasileira*. Nesse ensaio, a autora disserta a respeito das

funções do Estado, desde o início da Era Moderna até o momento contemporâneo, focando a particularidade da formação social brasileira. Tal como o texto anterior, ilumina o eterno “mal-entendido” da democracia brasileira (com a licença da obra de Sérgio Buarque de Holanda), e a luta pela superação desse “mal-entendido” a partir da articulação dos movimentos e diversas lutas sociais. Para a autora, a Constituição de 1988 representa esse marco, pois a busca da ampliação e consolidação de um Estado democrático passaria necessariamente pela extensão dos direitos sociais e das políticas públicas. Encerrando, a autora menciona a importância da revolução técnico-científica e as suas possibilidades, enquanto ferramenta, a serem dominadas e apropriadas pelas “camadas populares”, o que lhes asseguraria “a sobrevivência e espaços de decisão”. Certamente, um chamado à mobilização e às lutas sociais.

Nos *Relatos de Pesquisa*, iniciamos com o texto de Marcelo Loura de Moraes, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Em *A relação entre o espaço urbano, simbolismo e monumentos: o caso da “Praça Brasil”, em Volta Redonda/RJ*, o autor constitui uma relação entre a Praça Brasil, em suas materialidades e monumentalidades, e a própria dinâmica implicada à cidade de Volta Redonda. O acento é posto, a exemplo dos artigos e contribuições apresentados anteriormente, na figura do clássico “desenvolvimentismo” brasileiro, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek. A memorável greve de 1988 e o seu trágico saldo, materializado nos operários assassinados pela incursão do Exército brasileiro na Companhia Siderúrgica Nacional, completa o sentido aventado à análise do autor: da gratidão (Vargas “pai dos pobres” e “pai” de Volta Redonda) à insurreição (o vigoroso movimento operário brasileiro nos estertores da década “perdida” de 1980, pouco antes da avalanche neoliberal tupiniquim).

Encerrando a seção, Fernando Benvenuto Schaab apresenta o ensaio *A distinção social através das formas, signos e consumo da paisagem em duas centralidades de consumo na cidade de Novo Hamburgo (RS)*. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense, campus Jaguarão, o autor estabelece uma relação entre essas duas “centralidades” de Nova Hamburgo: uma “tradicional”, “histórica”, referente aos

marcos fundadores da cidade, e uma “moderna”, “nova”, surgida ao final da década de 1990. As práticas e signos de consumo são analisados de acordo com os consumidores *no* e *do* espaço, ancorando-se em marcas da distinção promovida pelo comércio de “alto padrão”, em uma ambiência assepsiada e homogeneizada. O ambiente “moderno”, frequentado por “gente bonita”, com “exclusividade” e “requinte” nada mais traduz do que o sentido da contemporânea autossegregação promovida pelo autismo social experimentado desde muito tempo pelas classes mais abastadas e devidamente reproduzido pela areia movediça das “classes médias”. O *apartheid* se renova e se reinventa no esteio de uma forma social pautada na hierarquização e verticalização das relações cotidianas.

A seção *Resenha* é devidamente preenchida pelo Prof. Leandro Dias de Oliveira, docente do Departamento de Geociências da UFRRJ, tanto na graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Geografia, vinculado à mesma universidade. Em *Relatos do “front”: uma abordagem crítica da militarização urbana carioca*, o autor resenha a visceral *Até o último homem*, obra costurada a meia dúzia de hábeis mãos e publicada em 2013. Tanto a obra quanto a resenha constituem um conjunto indispensável na compreensão do que seja não apenas a militarização do espaço urbano carioca ou ainda a ocorrência vindoura (neste pesado ano de 2016) das Olimpíadas de Verão (do Hemisfério Norte, diga-se de passagem). Retrocedendo um pouco o calendário, visitamos o quase longínquo ano de 2010, naquele novembro sangrento de “ocupação” das “forças de paz” da “Força Nacional de Segurança” no Complexo do Alemão, e temos a possibilidade nada digestiva de rever a tragédia e a barbárie em seu estado puro. Batendo palmas para as balas da polícia ou ainda para os programas televisivos ou canais midiáticos outros de conteúdo no mínimo duvidoso, a crise urbana (que se estende para além desse rótulo “urbano”, mas esse é assunto para outra oportunidade) se transmuta em crise, no mínimo, civilizacional. Mas o reforço ao convite à resenha e também ao livro ficam aqui registrados. E também o convite à extensão do debate a respeito dos fundamentos da barbárie contemporânea.

Retomando o fio do exposto no início deste editorial, acreditamos que as contribuições, dadas as suas particularidades e temas expostos, conduzem a pensar o sentido da crise

contemporânea, e a potência da administração do mundo como paradigma. A técnica se transmutando em tecnicismo e a reprodução crítica de uma economia que não se resolve senão revolvendo e revirando as entranhas do “território”, operando em sua sagaz varredura e formas reiteradas de monopolização e mobilidade, só podem conduzir a este momento tão indefinido e tão destituído de futuro. Tanto a economia e a biologia, conforme aventa Mbembe, quanto o tempo e o espaço, se fundem e convergem para a razia.

Desvendar esse momento conduziria à sua superação? Eis mais uma provocação à leitura dos textos. Boa leitura!

[por Marcio Rufino Silva]